



Plenário é reinaugurado

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Foi reinaugurado, na tarde de terça-feira, (19), o Plenário Osni Régis. Durante 60 dias, o local passou por reformas que resultaram em maior segurança, economia, comodidade e visualização para deputados, servidores e população que acompanha os trabalhos do Parlamento. A solenidade contou com a presença dos deputados, ex-governadores, autoridades e lideranças dos mais variados segmentos da sociedade catarinense. A fita inaugural foi descerrada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), juntamente com os membros da Mesa. Na cerimônia, o Plenário remodelado recebeu as bênçãos de Frei Júnipero.



Página 5 O novo Plenário Osni Régis



O momento do descerramento da fita inaugural

Frei Júnipero é Cidadão Catarinense

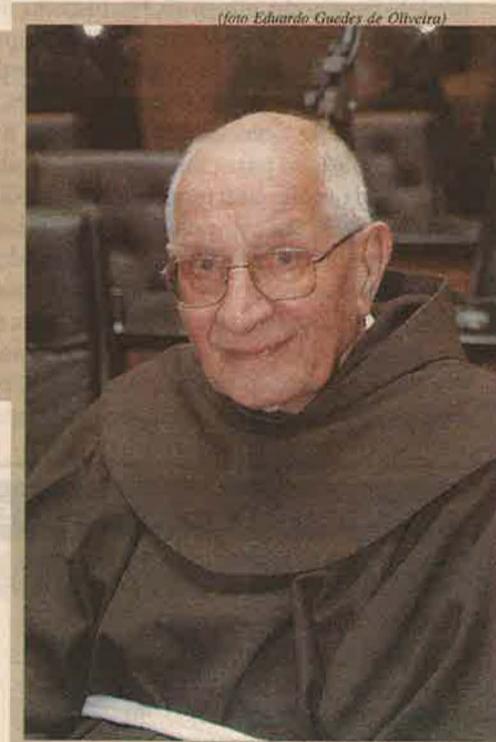
Após a reabertura do Plenário Osni Régis, foi realizada sessão solene que concedeu a Frei Júnipero o título de Cidadão Catarinense. A homenagem foi proposta pelo vice-presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL).

Página 3

Nova fórmula para indicação de procuradores

A Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Julio Garcia (PFL), aprovou na manhã de terça-feira (19) substitutivo global, apresentado pelos deputados Celestino Secco (PP) e João Henrique Blasi (PMDB), definindo novos critérios para indicação de procuradores de Justiça.

Página 4



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

CANAL 31: A ASSEMBLÉIA NA SUA CASA



A imagem da democracia

Ligue 0800-645-7890 e participe da programação para Florianópolis e região. Para localizar o canal 31 na TV aberta, faça a sintonia automática.



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
PRATICANDO A DEMOCRACIA COM VOCÊ

DEMOCRACIA ABERTO PRA VOCE
DEMOCRACIA ABERTO PRA VOCE
DEMOCRACIA ABERTO PRA VOCE
DEMOCRACIA ABERTO PRA VOCE
DEMOCRACIA ABERTO PRA VOCE

Uma CPI para mudar a Casan

Nos últimos 18 meses, a CPI da Casan trabalhou com afinco e dedicação para exaurir o fato que determinou sua criação, qual seja, a apuração da origem do vultoso passivo trabalhista da empresa. A profunda e extenuante investigação permitiu que nesta quinta-feira possamos apresentar um consistente relatório final dos trabalhos, no qual apontamos causas que levaram a estatal acumular tanto prejuízo, e formulamos recomendações que poderão nortear um novo padrão de eficiência administrativa naquela companhia.

A apuração de importantes fatos só foi possível graças a um trabalho integrado de uma equipe, e ao apoio dos poderes Legislativo e Executivo, de órgãos federais e entidades, bem como dos próprios funcionários da Casan.

Como colocamos nos agradecimentos, no relatório final, uma Comissão Parlamentar de Inquérito é um desafio em qualquer circunstância. Para que possa ser produtiva, seus membros devem resistir às tentativas de busca de holofotes fáceis e às disputas motivadas por rivalidades partidárias. Devem, sobretudo, concentrarem no objeto que determinou a constituição da CPI.

Graças a todos é que pudemos construir

um volume compacto de mais de 400 páginas, que é um verdadeiro Raio-X da estatal, encerrado com uma relação de 26 conclusões finais, além de recomendações à própria Assembléia Legislativa, ao Governo do Estado, à Procuradoria Geral do Estado, ao Conselho de Política Financeira, à Auditoria Geral da Secretaria da Fazenda e – como não poderia deixar de ser – à Casan.

A CPI deparou-se com fatos que muitas vezes foram além de seus objetivos. Aprofundou alguns, encaminhou denúncias e fez diversas de solicitações de providências já durante o curso dos trabalhos. Procurou sempre dar celeridade ao que exigia ação urgente. Atuou para estancar a sangria de recursos públicos consumidos a partir da histórica falta de controles sobre os processos trabalhistas, que deram margem até a desvios e falta de zelo com a coisa pública.

Pela seriedade com que foi conduzida pelo deputado Dionei Walter da Silva e os demais parlamentares, a CPI pode ser considerada como um divisor de águas na Casan. Poderá servir como bússola de tomadas de atitudes por parte da atual e das futuras direções da empresa. Na busca da boa aplicação do dinheiro público.

Deputado Mauro Mariani (PMDB)

Abaixo a derrama

A carga tributária brasileira chega às raias da extorsão. Não existe sociedade que resista a uma sangria que beira 40% do Produto Interno Bruto. Dos 365 dias do ano, o brasileiro trabalha exatos 135 para pagar impostos. O Brasil é líder mundial na cobrança de impostos.

Pior! O custo-benefício não corresponde a tamanha ganância: educação, saúde, segurança e outros direitos responsáveis pela nossa cidadania não são saciados pelo Poder Público apesar da absurda taxaço.

É um emaranhado superior a 50 impostos e taxas, cuja carga, na construção civil, passa dos 55%. No macarrão, atinge 35,2%; biscoito, 38,5%; detergente e papel higiênico, 40,5%; brinquedos, 41,9%; ferro de passar roupa, 44,3%; energia elétrica, 45,8%; telefone, 46,6%; refrigerantes, 47%; gasolina, 53%; cerveja, 56%; cigarros, 81,6%; cachaça, 83%, só para citar alguns exemplos.

Uma família com renda mensal de R\$ 5 mil paga por mês, em tributos e contribuições diretas, R\$ 1.290,00. Em impostos embutidos em bens e serviços, como alimentação e telefone, irão mais R\$ 795,00. Os gastos com educação, saúde e segurança, que deveriam ser providos pelo Poder Público, custam mais R\$ 1.220,00. Conclusão: a soma do que a família paga em impostos,

mais os gastos para custear os serviços que o Poder Público sonega, fica em R\$ 3.284,00, ou 65,7% da renda familiar.

E por que a reforma tributária não é feita? Uma das razões é que a elite política mantém na ignorância os contribuintes; outra, é porque não convém aos políticos corruptos uma mudança. Como a maioria não resiste à opressão fiscal, passa a sonegar. Sonegando, perde a legitimidade para reclamar e, de sobra, constitui-se no segmento que nutre o caixa 2 de muitos candidatos.

Para tentar mudar esta cruel realidade, tramita na Assembléia Legislativa catarinense projeto de lei de minha autoria, que obriga os produtos e serviços a conterem em seu recipiente, embalagem, rótulo ou nota fiscal a informação dos impostos incidentes, mediante percentuais de cada um.

O objetivo da futura lei é claro: informar ao consumidor o quanto ele paga em impostos. Conhecedor dos valores, vai querer saber o destino do que paga, vai se sentir cidadão, combater a sonegação e o resultado, sem dúvidas, levará a uma implacável mobilização de toda a sociedade produtora e consumidora para a redução da carga tributária. A Assembléia Legislativa de Santa Catarina está fazendo a sua parte.

Deputado Cezar João Cim (PDT)

PAB vai às comunidades

O projeto Antonieta de Barros (PAB) sai dos limites da Alesc e chega às comunidades através da execução de 32 projetos nas áreas cultural, educativa, de saúde, esporte, lazer e trabalho.

Concebidos pelos próprios estagiários para atender as carências de suas comunidades, os projetos despertaram o interesse de escolas, associações de moradores e Ongs (Organizações Não-governamentais), que se associaram a eles, fortalecendo-os.

A agregação de parcerias resultou na montagem de cur-

sos de alfabetização de adultos e reforço escolar nas comunidades de Monte Cristo e Ponte de Imaruí, em Palhoça.

Para atender a comunidade carente do bairro Itacorubi, foi implantado o projeto de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST/Aids), com palestras e distribuição de preservativos na escola Leonor de Barros, em parceria com a ONG Movimento Livre.

Outra iniciativa em andamento tornou possível o acesso à Internet pela comunidade de Nova Esperança, na favela Chico Mendes.

Sessão homenageia PRF

Por proposição do vice-presidente da AL, deputado Onofre Agostini (PFL), a Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina recebe homenagem em sessão solene no Plenário, na noite do dia 20. A corporação teve origem em 24 de julho de 1928, quando o presidente Washington Luiz assinou o Decreto nº 18.323 – que definia as regras de trânsito na época. Inicialmente era a Polícia das Estradas.

Em 1935, Antônio Félix Filho, considerado o primeiro patrulheiro rodoviário federal, foi convocado, a pedido do engenheiro-chefe da Comissão de Estradas de Rodagem, atual DNER, Yeddo Fiúza, para organizar os serviços de vigilância das rodo-

vias Rio-Petropolis, Rio-São Paulo e União Indústria. Até meados de 1939 o sistema rodoviário incluía apenas as rodovias Rio-Petropolis, Rio-São Paulo, Rio-Bahia e União Indústria.

A ampliação do serviço iniciou em 1943, quando foi criado um Núcleo da Polícia das Estradas, no Paraná, com o objetivo de exercer o policiamento de trânsito em rodovias em construção naquele Estado. Daí em diante a área de atuação da Polícia Rodoviária Federal foi crescendo, chegando aos dias atuais com 53 mil quilômetros de rodovias e estradas fiscalizadas, de Norte a Sul do Brasil. Atualmente, 436 patrulheiros atuam nas rodovias federais catarinenses. (TK)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Estagiária: Elisa Alba da Silva

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kelen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schimit, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Frei Junípero recebe título de Cidadão Catarinense

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Após a dar sua bênção na cerimônia de entrega do Plenário Osni Régis, Frei Junípero recebeu o título de Cidadão Catarinense, em sessão solene proposta pelo vice-presidente da Alesc, deputado Onofre Agostini (PFL). A mesa foi composta por Onofre, deputado Herneus de Nadal (PMDB), representando o governador do Estado; desembargador Anselmo Cerello, representando o presidente do Tribunal de Justiça; promotor Narciso Geraldino Rodrigues, representante do Ministério Público; conselheiro Otávio dos Santos, representante do Tribunal de Contas, e o deputado Romildo Titon (PMDB), 1º secretário da Mesa.

O deputado Onofre iniciou seu discurso com um breve relato sobre o nascimento e infância de Frei Junípero, que nasceu na cidade alemã de Hamburgo, em dezembro de 1914, sendo batizado de August Paul Beier. Viveu inúmeras dificuldades, tanto na infância quanto no início de sua adolescência, e passou anos aos cuidados de uma freira que o incentivava a seguir o sacerdócio. Após ler um livro sobre a vida de Santa Terezinha, August decidiu seguir o sacerdócio. Foi para um semi-

nário na Bélgica, aos 14 anos, onde se reuniam os Franciscanos da Imaculada Conceição do Brasil. Em 1936, deixou sua terra e sua família e embarcou no porto de Hamburgo rumo ao Brasil. "Ele chegou a São Francisco do Sul e foi para o Convento Imaculada Conceição. Um ano depois, no seminário de Rodeio, recebeu o hábito franciscano e passou a chamar-se Frei Junípero, nome de um beato amigo de São Francisco de Assis", contou Onofre.

Depois de receber o hábito, Frei Junípero atuou em vários municípios de Santa Catarina, como Joaçaba, Blumenau, Lages e, em 1971, chegou a Curitiba já como vigário. Voltou ao litoral por indicação médica, para tratar de problemas respi-

(foto Carlos Killian)



Deputado Onofre entrega o título a Frei Junípero



Frei Junípero: "Esta homenagem abrange todos os franciscanos"

ratórios. "Foi nomeado vigário da paróquia de Santo Antônio, onde atuou por seis anos. Depois, como reitor da igreja São Francisco, construiu uma casa para antigos integrantes da Ordem Franciscana, hoje Lar São Francisco, no Alto Ribeirão da Ilha, que abriga 50 idosos. Também fundou a SAT (Sociedade de Amparo aos Tuberculosos), para a qual presta assistência até hoje", relatou o parlamentar.

Ousadia - Frei Junípero é singular. O único padre que nunca se recu-

sou a batizar filhos de mães solteiras. Aos 89 anos, lúcido, celebra diariamente as missas na Igreja São Francisco, no centro da capital. "Por toda sua trajetória em Santa Catarina, ele recebe hoje a honraria de Cidadão Catarinense, que materializa o respeito e o carinho de toda comunidade deste Estado, beneficiada por sua atuação abnegada. Seu nome já faz parte da cultura popular", finalizou Onofre.

A Assembléia Legislativa, através de seu coral, fez mais uma homenagem a Frei Junípero, cantando Romaria. Muito emocionado, Frei Junípero usou de toda sua humildade para agradecer o título recebido, frisando que não se sentia merece-

dor desta homenagem. "Quero agradecer a Onofre, que em 71 era prefeito em Curitiba e até hoje é muito querido pelo povo. Na época, eu era vigário e nós dois tínhamos responsabilidades parecidas com a comunidade de cidade e acho que conseguimos cumpri-las bem", comentou. "Sou gratíssimo por esta homenagem que abrange a todos os franciscanos que trabalham em prol de todos há 100 anos", completou.

O presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), afirmou a Frei Junípero que este título era o desejo de todos os parlamentares e também de todo o povo catarinense, que sempre o admirou. (TK)

Empresários na Alesc

Preocupados com a situação econômica que assola as regiões Oeste, Extremo-oeste, Planalto Serrano e Meio-oeste e, principalmente, com a falta de estrutura das rodovias que servem para o escoamento da produção, além dos problemas com a segurança pública, empresários e lideranças da Facisc estiveram no Legislativo, pedindo apoio aos deputados para que suas reivindicações sejam atendidas pelos governos estadual e federal. Eles foram recebidos pelos deputados Onofre Agostini (PFL), Reno Caramori (PP), Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) e Antônio Ceron (PFL), que se solidarizaram com as manifestações, depois de receber um documento com uma série de reivindicações

que será entregue ao governador Luiz Henrique da Silveira.

Representando os empresários, Antônio Rebelatto, presidente da Facisc (Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina), disse aos parlamentares que estão preocupados com a perda de investimentos e também com a saída de empresas que estão se instalando em outros municípios e estados devido ao escoamento da produção. No documento, os empresários salientam que esperam pela licitação que possibilitará a transferência da administração das "atividades de meio" do Porto Seco de Dionísio Cerqueira, deixando para a Receita Federal as atividades fim, como ocorre em outras fronteiras do país. (CA)

(foto Salom Soares)



Empresários querem melhorias nas rodovias para escoamento da produção

Critério para escolha de procurador de Justiça

A Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Julio Garcia (PFL), aprovou na manhã de terça-feira (19) o relatório dos deputados Celestino Secco (PP) e João Henrique Blasi (PMDB), em que apresenta substitutivo global à proposta que define critério de escolha dos procuradores gerais de Justiça. Atualmente, está aberta a possibilidade de ascenderem ao cargo, todos os que são procuradores de Justiça. A proposta original previa que isso fosse facultado a todos os membros do Ministério Público com mais de 10 anos de carreira.

Disputa - Pelo substitutivo aprovado, a definição dos critérios para composição da lista tríplice que é encaminhada ao governador do Estado para que escolha o procurador geral de Justiça, deverá ser remetido à lei orgânica do MP e posteriormente encaminhada ao Legislativo em forma de projeto de lei. De acordo com Blasi, em consulta feita anteriormente, a instituição se manifestou no sentido de que seja possibilitado a disputa a todos os que possuam mais de 10 anos de carreira. Blasi solicitou ainda, diligência à secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão para que seja viabilizada a criação dos fundos de melhorias especí-



CCJ apreciou diversos projetos na manhã de terça-feira

ficos dos bombeiros militar e polícia civil. A proposição está implícita na análise feita ao Projeto de Lei nº 347/04, que dispõe de reajuste nos valores das taxas cobradas pela SSP. Os valores recolhidos nestas taxas são distribuídos a diversos fundos, entre estes o dos bombeiros (6%) e da polícia civil (20%), que segundo o parlamentar, devem ser criados por lei específica.

Outra proposta que foi encaminhada à diligência para anexação de documentos, prevê acordo para parcelamento de dí-

vidas do Executivo com FGTS. A CCJ aprovou admissibilidade do Projeto de Lei nº 310/04, de autoria do deputado João Henrique Blasi, que proíbe os fornecedores de produtos e serviços, de cobrar qualquer quantia dos consumidores pelo extravio ou danificação de comanda, cartão de consumo ou congêneres. O não cumprimento prevê multa, suspensão temporária da atividade, cassação da licença do estabelecimento ou interdição total ou parcial da atividade ou estabelecimento (SD)

Assédio sexual em escolas

Na condição de presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, a deputada Odete de Jesus (PL) denunciou que estudantes, do sexo feminino, estão sendo vítimas de assédio sexual em escolas estaduais. A parlamentar informou que vem sendo procurada por pais indignados com as reclamações das filhas que são vítimas de piadinhas e cantadas baratas por parte de instrutores dos estabelecimentos de ensino.

“São professores já com certa idade, senhores de cabelos brancos, que ficam passando a mão nas alunas, fazendo galanteios e dirigindo elogios descabidos em plena sala de aula”, conta a parlamentar, que vai encaminhar o assunto para ser discutido com os membros da Comissão, levando o tema para conhecimento do Conselho Tutelar e do Ministério Público. “As alunas que são vítimas deste comportamento imoral devem denunciar. O assédio numa sala de aula não é atitude digna de um educador, em quem os pais confiam a educação de suas filhas”, observou. (CA)

Fim do voto secreto

Depois de relatar dois PECs (Projetos de Emenda Constitucional) sobre o fim do voto secreto, o líder do PSDB, deputado Jorginho Mello, elaborou uma Emenda Substitutiva Global às propostas dessas emendas. Na tarde de terça-feira (19), ele reuniu a imprensa para explicar os objetivos dos projetos. Ainda pela manhã, Mello relatou o projeto na Comissão de Constituição e Justiça, sobre o qual o deputado João Henrique Blasi (PMDB) pediu vista.

O PEC nº 3/04, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), altera o Artigo 36. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembléia Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, em votação aberta. Nesse artigo, a Emenda Substitutiva Global, de autoria do deputado Mello, incluiu um parágrafo único: “No

processo de votação para a Presidência da Casa e demais membros da Mesa, o voto será efetuado de forma escrita, assinada e declarado, em ordem alfabética dos deputados”.

Já o PEC nº 2/04, de autoria da bancada do PP, altera os incisos XXIII e XXIV do Artigo 40, que diz respeito à aprovação por voto secreto da escolha dos conselheiros do TCE (Tribunal de Contas do Estado) indicados pelo governador, e titulares de outros cargos ou funções que a lei determinar; o 2º parágrafo do Artigo 44, prevenindo que a perda do mandato de deputado será decidida pela Assembléia Legislativa, por voto secreto e maioria absoluta; o 4º parágrafo do Artigo 54, que dispõe sobre a votação de veto - também secreta -, e o 1º parágrafo do Artigo 68, que dispõe sobre a votação secreta para a vaga no cargo de governador e vice, nos últimos dois anos do período governamental, da Constituição do Estado de San-

ta Catarina. Em todos esses artigos a bancada sugere que o voto seja aberto.

Segundo o relatório de Mello, os projetos têm como objetivo retirar da Constituição Estadual comandos que determinam votações ou escrutínios secretos no âmbito do Poder Legislativo. Também acredita que essas matérias propiciam aos cidadãos catarinenses o conhecimento de posicionamentos político-administrativos diante de questões apresentadas para votação em Plenário e nas Comissões, de modo aberto, como forma de dar maior transparência aos atos dos parlamentares. “Espero que esse projeto venha ao Plenário no próximo mês, já que depende do pedido do deputado Blasi. Vai ser melhor assim porque os eleitores vão poder ver com mais clareza e transparência as ações do Parlamento. Isso também evitará que os deputados mostrem seus votos, já que ele vai ser declarado”, encerrou Mello, almejando a aprovação das matérias. (DAB)

Energia ao produtor rural

O presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, deputado Mauro Mariani (PMDB), encaminhou pedido de audiência com a ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, para buscar uma solução relacionada ao Decreto nº 3.653, de 7 de setembro de 2000. Através dele, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) alterou a fórmula de cobrança da tarifa de energia dos produtores rurais.

“Santa Catarina tem uma realidade diferente do país, na qual muitos pequenos agricultores residem em perimetro urbano. E essa medida acabou por prejudicar cerca de 20 mil famílias de todo o Estado”, comenta Mariani. Em agosto deste ano, sob sua presidência, a Comissão de Agricultura realizou audiência para discutir o assunto, em Santo Ama-

ro da Imperatriz - Grande Florianópolis, região onde predomina a agricultura familiar. Os prejuízos aos produtores provocados pela determinação da ANEEL, conforme constado na audiência, acabaram por inviabilizar a atividade.

Comemoração - O deputado também comemorou, em discurso na sessão plenária, a implantação de uma unidade frigorífica no município de Itaiópolis, para abate inicial de 50 mil aves/dia, que está sendo viabilizada através de ação do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento Econômico). “Uma das grandes lutas da região é a implantação de uma agroindústria, pois há aviários paralisados, causando grandes prejuízos. Agora, vamos iniciar uma nova fase com a geração de oportunidades e agregação de valores”, acredita Mariani. (SD)

Reforma proporciona economia

Carlos Agne

O presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), destacou que as mudanças estruturais realizadas nesses 60 dias no Plenário Osni Régis possibilitaram apresentar um espaço para o melhor desempenho da demanda dos trabalhos parlamentares e também

às diversas entidades da sociedade catarinense com atividades que vêm transformando a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, cada vez mais, num verdadeiro centro de debates. "Essa reforma é o resultado de um esforço coletivo dos mais diversos setores da Casa e também a compreensão dos senhores deputados que passaram a realizar sessões no

Plenarinho. É importante ressaltar que as obras fazem parte de um planejamento da atual gestão objetivando criar condições estruturais e administrativas que permitissem fortalecer o Poder Legislativo junto à sociedade", observou.

O presidente acrescentou ainda que, na seqüência, a Alesc se prepara para a construção de um auditório com 500 lugares, ao qual estará anexo um salão de exposições e eventos culturais. "Mais adiante, será realizado o projeto do Anexo Norte, que prevê a ampliação do número de salas para comissões técnicas e fóruns e, do Anexo Sul, onde funcionarão o Centro de Memória e a Biblioteca, o Centro de Informações e o restaurante, sendo facilitado o acesso ao público exter-



E depois das melhorias



A entrada lateral direita, antes da reforma....

no", concluiu.

Além das bênçãos de Frei Junípero, os deputados pastores evangélicos, Odete de Jesus ((PL) e Narcizo Parizotto (PTB) também promoveram preces na cerimônia que foi encerrada com a apresentação de um vídeo sobre as obras.

Obras continuam

Depois da reinauguração do Plenário Osni Régis, a atenção agora volta-se para a construção do auditório, com capacidade para 500 lugares, cujo contrato com a Paulitec foi assinado no dia 13 de setembro. A construtora terá 240 dias para executar o projeto que prevê, além do auditório, escada de acesso, reurbanização e ajardinamento, iluminação técnico-especial da esplanada cívica (laje intermediária) e mudança na estratégia do estacionamento dos deputados. O projeto prevê vagas transversais ao eixo principal, para abrigar três guaritas de controle da entrada e saída dos veículos.

A partir do início destas obras, o espaço ocupado pelo Plenarinho, pela Coordenadoria das Comissões e salas de reuniões das Comissões será interditado por 30 dias para execução de reformas. Nesse tempo, as Comissões reúnem-se na Sala de Imprensa e no Plenário, com a coordenadoria funcionando no hall. A construção do anexo norte, anteriormente programada, ficará para a próxima etapa, de acordo com o plano diretor já elaborado.

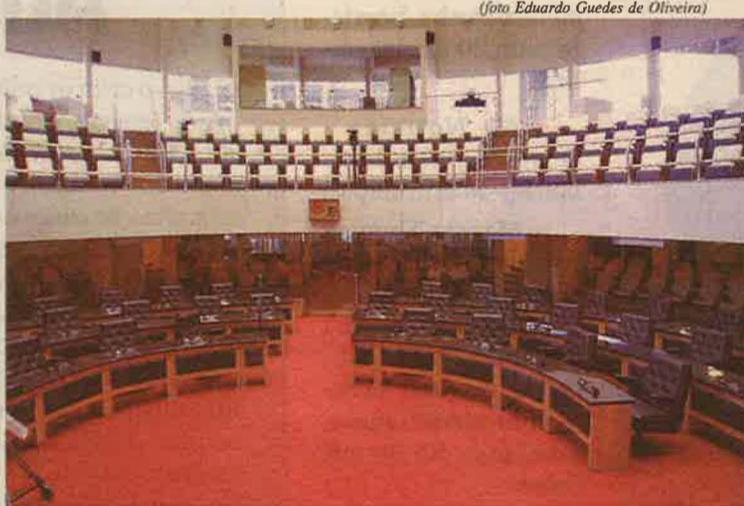
Desconforto temporário

Desde o dia 5 de agosto, deputados, servidores e visitantes, passaram a conviver com o desconforto temporário causado pelas obras de reforma. O período de 60 dias de obras foi um período para a conquista da melhoria e modernização do prédio, proporcionando mais conforto aos parlamentares, servidores e população.

A reforma foi planejada desde o início da atual gestão da Casa, em função das constantes reclamações dos parlamentares sobre as condições inadequadas das instalações, tendo em vista o comprometimento do teto, a insegurança nas galerias pela ausência de corrimão e guarda-corpo, a ineficiência do sistema de ar con-

dicionado, além dos banheiros, que se encontravam em precária situação. Além da questão da comodidade que a mudança propôs, a segurança e a transparência das atividades foram priorizadas, pois as paredes existentes deram lugar a vidros transparentes, dando uma melhor visualização e clareza ao ambiente.

"No Plenário, substituímos o forro, danificado pelas intempéries, estruturas metálicas substituíram a de madeira, que estavam tomadas por cupins, trocamos toda a iluminação, melhoramos o sistema de sonorização, houve mudança total das ins-



....e depois: maior segurança e comodidade

talações elétricas para economizar a energia, reforma nos quatro banheiros, mudança das bancadas e cadeiras dos deputados, além da pintura e recuperação das fissuras do prédio", contou o diretor de Serviços Técnicos e Manutenção da Casa, Edemilso Acorsi. O acesso será feito através de portas automáticas, permitindo inclusive a entrada de cadeiras de rodas.

O projeto, orçado em R\$ 699.171,25, foi desenvolvido pela Divisão de Engenharia e Serviços Técnicos da Assembléia, com o apoio de uma profissional especi-

alizada, contratada através de processo licitatório. Devido às demais variáveis que envolvem a reforma, foi feita a licitação na modalidade pregão presencial, para aquisição de móveis e carpetes. Para a troca das cadeiras dos deputados, que haviam sido adquiridas em 1970 e eram ergonomicamente, inadequadas, foi promovida a licitação na modalidade pregão.



O Plenário e as galerias, antes....



A maquete do Plano Diretor

Convênios para amenizar os problemas na Segurança Pública

Denise Arruda Bortolon

A área da Segurança Pública catarinense vai receber mais de R\$ 3,3 milhões do governo federal para investir na modernização e no reaparelhamento do setor. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, esteve em Florianópolis no último dia 7, quando assinou 11 convênios e lançou a Campanha Nacional de Desarmamento no Estado.

A política de desarmamento entra em seu terceiro mês com um saldo de 121.356 armas de fogo entregues pela população brasileira. Santa Catarina é o sexto Estado em adesão à campanha. Já foram entregues 5.878 armas nas delegacias da Polícia Federal.

AL Notícias - Quais são os objetivos desses convênios?

Márcio Thomaz Bastos - Temos a finalidade de inserir os estados na política do Ministério da Justiça para investimentos na área de segurança e integração, afinando o discurso sobre o Sistema Único de Segurança.

AL Notícias - Além dos convênios, os Estados receberão outros incentivos?

Márcio Thomaz Bastos - Claro. Santa Catarina receberá 44 carros no valor de R\$ 1,5 milhão. O dinheiro provém do Fundo Nacional de Segurança Pública, cujo orçamento é de R\$ 302 milhões para este ano. Os recursos estão sendo aplicados em convênios com estados e municípios e aquisições diretas efetuadas pelo Ministério da Justiça, como a compra direta de viaturas, implantação de laboratórios de DNA, Sistema de Identificação Digital e rede de ensino a distância.

AL Notícias - O Ministério da Justiça fará alguma exigência para que os estados recebam os recursos?

Márcio Thomaz Bastos - Para receber os recursos, os estados têm de obedecer a alguns requisitos, como ter atualizado o Infoseg (Sistema de Informações de Segurança), ter um plano estadual de segurança pública e base de dados criminais, além de ter montado o Gabinete de Gestão Integrada, entre outros. Todos os

critérios previstos fazem parte do Plano Nacional de Segurança e do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública).

AL Notícias - Qual é o objetivo do SUSP?

Márcio Thomaz Bastos - É implantar uma polícia moderna, ágil e eficiente. O sistema prevê a integração das polícias federais, estaduais e municipais, principalmente no combate ao crime organizado. Todo o sistema é gerido por um comitê gestor do qual fazem parte representantes de todos os órgãos de segurança pública, sob a coordenação do secretário estadual da Segurança Pública. Cabe a esse colegiado, por consenso, definir ações principalmente no combate ao crime organizado - tráfico de drogas e de armas, contrabando, lavagem de dinheiro, pirataria.

AL Notícias - A primeira etapa da campanha foi concluída com êxito. Qual é a nova expectativa do governo?

Márcio Thomaz Bastos - O objetivo do governo tem sido alcançado com êxito. A primeira meta era obter 80 mil armas até dezembro, mas esse número foi alcançado em setembro. A nova expectativa é coletar 200 mil armas até o final da campanha, previsto para 20 de dezembro.

AL Notícias - Qual é a verba destinada para esta etapa?

Márcio Thomaz Bastos - O governo está pagando de R\$ 100 a R\$ 300 por arma entregue. Para isto, liberou, no final de setembro, crédito suplementar de R\$ 20 milhões.

AL Notícias - Como o cidadão que possui uma arma de fogo deverá proceder daqui para a frente?

Márcio Thomaz Bastos - Os proprietários de armas de fogo registradas terão três anos, a partir da publicação da regulamentação, para renovar o registro, de acordo com os requisitos da nova lei. Aqueles que possuem armas, mas

não têm o registro, terão o prazo de 180 dias, a contar de 23 de junho de 2004 (Lei nº 10.884, de 17 de junho), para regularizar a situação perante a Polícia Federal, ou entregá-las. Nesse sentido, essas pessoas poderão ser indenizadas, se for comprovada a boa-fé. As armas

registradas poderão ser entregues a qualquer tempo e o Estado irá indenizar seus proprietários.

AL Notícias - E quem quiser ficar com a arma de fogo, o que deverá fazer?

Márcio Thomaz Bastos - Registrá-la. E somente poderá tê-la sob sua posse no interior de sua residência.

AL Notícias - Os portes de armas existentes perdem a validade com a nova lei?

Márcio Thomaz Bastos - Os portes de arma de fogo já concedidos expiram em 90 dias, a contar do dia 23 de junho de 2004. Aquele que tenha a efetiva necessidade de renovar seu porte deverá encaminhar seu pedido nesse prazo à Polícia Federal e submeter-se às novas regras.

(foto Carlos Kilian)



Administração

Ao criticar práticas deste e de governos anteriores, como busca de recursos através da conta única, letras e federalização, centralização exagerada das ações e a pouca eficiência no combate à sonegação fiscal, com exemplos de casos de inexistência de cupom fiscal em supermercados de sua região, o deputado Dionei Walter da Silva (PT) afirmou que o Executivo precisa adotar uma reengenharia para evitar o aumento do déficit público. Precisa também de uma nova forma de relacionamento entre estados, União e municípios.

Dionei pregou a necessidade de um planejamento que adote formas de combate à sonegação fiscal e enxugamento da máquina estatal, referindo-se a uma reavaliação da estrutura das secretarias regionais. "A região da Amvali (Associação dos Municípios do Vale do Rio Itapocu) conta com sete municípios e a Regional de Jaraguá com cinco. Algumas questões precisam ser tratadas com a Regional de Joinville, causando transtornos na resolução dos problemas locais. Um exemplo de centralização da máquina é a concentração de engenheiros e veterinários da Cidasc, Epagri e Casan na capital. Precisamos rever os aterros sanitários e a política de saneamento. Proponho também uma parceria entre governo e prefeituras para

descentralizar, através de consórcios entre os municípios, os serviços de saúde e educação", sugeriu.

Encrenca - Com relação ao projeto que permite o uso dos recursos dos depósitos judiciais depositados na conta única do Judiciário catarinense, o deputado Nilson Gonçalves (PSDB) afirmou que a difícil situação financeira do governo estadual fez com que o Executivo tentasse buscar recursos na ordem de R\$ 260 milhões, que seriam destinados a investimentos em infraestrutura e no pagamento de precatórios, defensoria dativa e na construção de presídios. "O governador e nós, deputados, estamos numa encrenca, pois após análises os recursos caíram para R\$ 80 milhões e, agora, estão resumidos a R\$ 40 milhões. Como pagar os praças da Polícia Militar, injustiçados, com salários minguados, já que os oficiais estão bem aquinhoados?", questionou.

Recursos - Já o vice-presidente da Alesc, deputado Onofre Agostini (PFL), salientou a necessidade da distribuição mais justa de recursos aos municípios, e citou um exemplo da Itália. "Na Província Independente de Trento, 90% da arrecadação ficam na região e apenas 10% vão para o governo italiano. No Brasil, se 20% ou 30% dos recursos fossem aplicados nos locais onde ocorre a arrecadação, já seria justo". (RV)

Dia do Professor

O Dia do Professor, comemorado no dia 15 de outubro, foi tema das manifestações parlamentares na sessão plenária do último dia 14. O deputado Lício Mauro da Silveira (PP) lembrou os 177 anos da Lei Geral do Ensino Elementar, criada por dom Pedro I.

Silveira fez um breve histórico das mudanças do ensino no país, apresentando contrastes relevantes do sistema educacional brasileiro. "Com todas as mudanças feitas, no entra e sai de governantes, esqueceram-se do conteúdo programático e, especialmente, do professor.

Já Francisco Küster (PSDB) lembrou do tempo em que o professor tinha "status", era recebi-

do como autoridade em diversas manifestações. "Hoje os professores são obrigados a fazer "bicos" em universidades, que estão repletas de "biqueiros". Não sei se há muito a comemorar", lamentou.

Origem - Também professora, a deputada Odete de Jesus (PL) resgatou a origem da data dedicada aos professores, integrando o calendário oficial através de decreto governamental de 1963. "Em 15 de outubro de 1827, dom Pedro I baixou um decreto imperial criando o ensino elementar no Brasil. Esse decreto falava em descentralização do ensino, salário dos professores, as matérias básicas que todos os alunos deveriam aprender e até como os professores deveriam ser contra-

tados", contou, seguindo na mesma linha de seus colegas que lamentaram a situação dos educadores atualmente.

Fazendo coro às observações do deputado Lício, o professor e presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, deputado Paulo Eccel (PT), ressaltou que a educação só é lembrada nos discursos, especialmente em épocas de campanha eleitoral e criticou a postura adotada por alguns profissionais da área nestes períodos, que acabam apoiando candidaturas apenas para garantir cargos. Eccel aproveitou para pedir apoio dos parlamentares a projeto de sua autoria, já em tramitação nas Comissões, instituindo a eleição direta nas escolas. (CA/RMPP)

Agressão em escola

Também aproveitando as manifestações alusivas ao Dia do Professor, o deputado Reno Caramori (PP) relatou fato ocorrido no dia 17 de setembro, na cidade de Caçador, Alto Vale do Rio do Peixe. Segundo contou, houve a solicitação de um aluno do colégio local Santo Damo para que Caramori verificasse a pintura do ginásio de esportes daquele estabelecimento de ensino, feita com recursos do atual governo estadual, visita que teve o conhecimento da direção da escola.

Caramori relatou na tribuna, durante a sessão da última quinta-feira (14), que ao sair do colégio foi agredido verbalmente pelo diretor da Gerência de Educação local, Mário Cachinski. "Fui acusado de invadir a escola e desafiado para a briga por essa pessoa que é despreparada para a função, sem controle emocional", desabafou, informando que está movendo uma ação contra o diretor. "Ele inverteu os fatos e distribuiu uma carta aos pais de todas as escolas. Relato isso para que vocês vejam como está o comando da educação em Caçador", encerrou. (RMPP)

Patrimônio cultural

No contraponto das declarações feitas por Caramori, o deputado João Henrique Blasi (PMDB) falou sobre o projeto "Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível como Patrimônio Cultural de Santa Catarina", lançado no mês passado pelo governo do Estado. O objetivo, de acordo com Blasi, é preservar e manter o acesso a manifestações culturais que correm o risco de desaparecer por falta de prática e de registro. Citou como exemplos a bola de gude, a perna de pau e o boi-de-mamão. "Em tempos de globalização, onde predomina o videogame, essas manifestações são desconhecidas entre crianças e adolescentes". Blasi citou ainda as rendeiras, as benzedadeiras e as festas religiosas como bens culturais e patrimônio de Santa Catarina.

Os registros das mani-

festações serão feitos em quatro livros: Registro dos Saberes, com conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Registro das Celebrações, que guardará as festas e rituais que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento; Registro das Formas e Expressões, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cerâmicas e lúdicas, e Registro de Lugares, que guardará mercados, feiras, santuários e praças. Blasi informou ainda que todo o trabalho será realizado em total parceria com a comunidade. A população vai inscrever seu trabalho e tradição e a Fundação Catarinense de Cultura, através de uma pesquisa de campo, vai atestar sua veracidade e importância, para, em seguida, iniciar o processo de tombamento do bem. (RMPP)

Embargo russo

A importância para Santa Catarina e o Brasil da retomada das exportações de carne suína e de aves, que atualmente sofrem embargo da Rússia, motivaram pronunciamento do deputado Rogério Mendonça (PMDB), na manhã do dia 14. Segundo ele, o prejuízo ao país poderá alcançar US\$ 150 milhões, sendo que só em Santa Catarina os valores podem atingir os US\$ 90 milhões, uma vez que o Estado é responsável por 60% da produ-



Deputado Rogério Mendonça

ção, caso a situação perdure por três meses.

"Se a retomada das negociações não ocorrer até o mês de novembro, as exportações ficarão paralisadas até 2005, devido ao clima de inverno rigoroso naquele país, que congela o acesso a alguns portos", comentou. Ele lembra que o Estado, área livre de febre aftosa sem vacinação, foi penalizado por problemas que aconteceram em outras unidades federativas como Amazonas e Pará. "Eles não conhecem a realidade de nosso país". (SD)

Aprovados

Emenda

Admitido em Plenário o Projeto de Emenda Constitucional nº 3/04, de autoria do deputado Volnei Morastoni (PT), que altera o parágrafo 1º do Artigo 96 da Constituição Estadual. Na justificativa, o parlamentar esclarece que a emenda tem por objetivo permitir a ampliação do quadro de elegíveis à formação da lista triplíce, a ser encaminhada pelo Ministério Público ao governador do Estado, para a escolha do Procurador-geral de Justiça. Atualmente, a elegibilidade se dá em favor apenas de procuradores de Justiça (membros do Ministério Público de 2º grau) e a alteração proposta permite a qualquer membro, procurador ou promotor, com mais de 10 anos de carreira, a figurar na lista se for votado suficientemente por seus pares. (RV)

Desburocratização

Seguindo normas estabelecidas por emendas à Constituição Federal nos anos de 2000 e 2002, os parlamentares aprovaram na plenária do dia 13 (quarta-feira) o Projeto de Lei nº 256/04, de origem governamental, que concede aos cidadãos catarinenses que tenham ações judiciais com trânsito em julgado contra o fisco estadual o pagamento de seus créditos sem a necessária inscrição em precatório. A proposta limita estes créditos em 40 salários mínimos, sendo que se o crédito exceder este valor o requerente pode renunciar a esta diferença para que se possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório.

O projeto estabelece ainda que o pagamento ao titular de "obrigação de pequeno valor" será realizado no prazo máximo de sessenta dias, contados da apresentação de requerimento à Procuradoria Geral do Estado, instruído com certidão, expedida pelo cartório ou secretaria, demonstrado o trânsito em julgado do processo e a liquidez da obrigação. As obrigações já inscritas em precatórios e que estejam no limite de 40 salários mínimos serão pagas no prazo máximo de um ano, observada a atual ordem de inscrição. (RV)

Vetos mantidos

- Os deputados mantiveram o veto total do governo ao Projeto de Lei nº 167/03, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT), que dispõe sobre a criação de parques florestais nas nascentes dos principais rios de Santa Catarina.

- Também mantido o veto total ao projeto de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), que instituiu o "Programa de Conscientização do Câncer Infantil", que consiste no conjunto de ações e campanhas de conscientização desenvolvidas pelo governo do Estado, como maneira de informar e combater a doença, mediante a distribuição e afiação de impressos com a relação de sintomas indicativos da possibilidade de ocorrência da doença e a necessidade de avaliação médica.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 76/04, também da deputada Simone Schramm (PMDB), que instituiu o "Programa de Conscientização 18 de maio". A proposta estabelecia um conjunto de ações e campanhas de conscientização desenvolvidas pelo governo do Estado, como forma de prevenir, informar e combater a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes. De acordo com o secretário da Casa Civil, Bráulio César Rocha Barbosa, essa matéria já é objeto da Lei Estadual nº 11.640, de 28 de junho de 2000, que instituiu o dia 24 de setembro como o Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência e Exploração Infanto-Juvenil no Estado.

- Veto parcial ao Projeto de Lei nº 439/04, de autoria do deputado César Souza (PFL), que reconhece o município de Laurentino como Capital Catarinense do Queijo. Segundo o secretário Bráulio Barbosa, foi mantido o veto devido ao artigo 2º, que atribui ação administrativa à Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, extinta com o advento da Lei Complementar nº 242, de 30 de janeiro de 2003, que estabeleceu nova estrutura administrativa ao Poder Executivo.

Acordo temporário em Abelardo Luz

Graziela May Pereira

Depois de mais de três horas de audiência pública e de uma reunião de que participaram o vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Onofre Agostini (PFL) – presidente da subcomissão que foi a Abelardo Luz –, o secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet (PMDB), os representantes da Fazenda Esperança e do MST (Movimento dos Sem-terra), foi selado um acordo solucionando temporariamente o conflito que se acirrou há pouco mais de duas semanas.

A família Martins, proprietária das terras, vai disponibilizar 37 hectares para os integrantes do movimento construir suas vidas. Lá eles poderão plantar e criar seus animais. Até sexta-feira (22), os integrantes do MST irão verificar se as propriedades são ou não produtivas. Sendo aprovado, terão de desocupar a sede da fazenda até o dia 5 de novembro. Representantes do Incra irão com eles fazer a verificação. Os proprietários se comprometeram



em entregar a posse das terras assim que ela for aprovada e exigiram a retirada das máquinas para iniciar o plantio, além da permissão de que quatro funcionários entrem na sede. O Movimento pede a segurança da polícia até a data da saída. "Foi uma luta forte. Conseguimos chegar a um denominador comum. O que aconteceu aqui deve servir de exemplo para o governo federal. Conversar e demonstrar esse apoio a ambas as partes", avaliou Onofre.

Cerca de 350 famílias do



Integantes do Movimento já semeavam a terra

MST invadiram a Fazenda Esperança, na madrugada do dia 12. Foi a terceira invasão nos últimos três anos. Foram apreendidas armas de grosso calibre, de propriedade da fazenda, e entregues para a polícia.

No segundo dia da invasão, o clima ficou tenso e as famílias ligadas ao movimento temiam que o despejo fosse feito de forma violenta. O juiz agrário Edemar Gruber pediu uma audiência pública, que foi realizada na prefeitura.

O que dizem os proprietários



Segundo Manoel Martins Neto, um dos donos, a área total da Fazenda Esperança é de mais de 2 mil hectares, onde são produzidas 100 mil sacas de grãos por ano. São criados 1.300 bovinos charolês puros de origem e premiados, 200 cabeças de simental e 300 ovinos da raça texel, além de uma seleção de 50 cavalos crioulos.

"A Fazenda Esperança produz touros matrizes de alta genética, sêmen e embriões. Nossa agricultura é 100% plantio direto e o índice de aproveitamento da área é total. Fomos atestados pelo Incra como fazenda produtiva", afirma Manoel. O plantel é avaliado em torno de R\$ 30 milhões.

Segundo o proprietário, todo o maquinário está na fazenda, ocasionando um prejuízo enorme pois o plantio do milho foi adiado em função da invasão. "Durante todo o tempo em que a fazenda esteve ocupada foram mortos mais de 20 animais PO (Pura Origem) de forma brutal. Inclusive duas vacas prenhes. Além de ser monstruoso, nos deu enormes prejuízos." A família recebeu a reintegração de posse em janeiro de 2004 e afirma que o governo do Estado foi omissivo, pois não cumpriu a determinação judicial. Além da denúncia dos animais mortos, acusa os integrantes do MST de terem feito uma emboscada para os seus funcionários. Segundo eles, um veículo da família foi baleado. Todas essas denúncias foram relatadas para a polícia.

Manoel Martins Neto disse que foi um processo cansativo e que espera que o movimento tenha palavra e desocupe a fazenda no prazo estipulado. Ele garantiu que as armas encontradas não pertenciam à fazenda.



Acampamento na sede

Mediação - A subcomissão do Legislativo - integrada por deputados das Comissões de Agricultura e Política Rural e de Direitos e Garantias Fundamentais - foi requerida pelo presidente da Comissão de Agricultura, deputado Mauro Mariani (PMDB), na sessão plenária do último dia 13, quando o deputado Onofre trouxe também pedido dos proprietários da fazenda para que o parlamento se manifestasse sobre o problema. Integraram a subcomissão os de-

putados Dionei Walter da Silva (PT), Odele de Jesus (PL), Onofre Agostini (PFL) e Reno Caramori (PP).

Estavam presentes, além dos parlamentares e do secretário de Segurança Pública, o comandante-geral da Polícia Militar, Edson Morelli; o superintendente do Incra, João Paulo Strazzon; a deputada federal Luci Choinacki (PT), representando a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal; o senador Álvaro Dias, e representantes do Ministério Público e OAB.

O que diz o MST

Conforme Pedro Rocha, da coordenação do MST, estima-se que a propriedade tem 6 mil hectares e não cumpre com sua função social, além cometer crimes ambientais, como a derrubada de araucárias. O MST voltou a reivindicar o cumprimento da meta do Incra de assentar 600 famílias no Estado em 2004. O MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) também participa da ação, cobrando o assentamento de 8 mil famílias. Rocha garantiu que o Movimento quer uma solução pacífica, viver e produzir seu sustento.

Responsável pela denúncia das armas, Sônia Maranhão rechaçou o estigma de violência

impingido ao MST. "Estamos aqui para lutar pela vida. Pela vida de nossas crianças e mulheres que lá estão. Não somos nós os perigosos, não queremos conflitos, queremos justiça". Ela denunciou o assassinato de mais de 50 homens do MST em Santa Catarina nos últimos dois anos. O Movimento quer também a reavaliação do conceito de produtividade. "Que expectativa temos para nosso povo? Com a atual meta do governo vai demorar uns 10 anos para todos nós sermos assentados", argumenta.

Segundo Sônia, o acordo selado na audiência resolve apenas 30% dos problemas e será cumprido dependendo das condições da

terra oferecida. "Estamos abertos à negociação. Queremos assentar todas aquelas famílias. Nós só queremos terra", concluiu.



Sem terras entregam armas para a polícia